TEXTO PARA DISCUSSÃO/Nº 205

Quem se Beneficia dos Programas Governamentais de Suplementação Alimentar

Ana Maria Peliano

BRASÍLIA, NOVEMBRO DE 1990

INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA
DIV. DE BIBLIOTECA E DOCUMENTAÇÃO
IPEA/COTI

Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada

O Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada - IPEA
é uma Fundação vinculada ao Ministério da Economia,
Fazenda e Planejamento

PRESIDENTE
Antonio Kandir

DIRETOR TÉCNICO
Ruy de Quadros Carvalho

DIRETOR TÉCNICO ADJUNTO
Luis Fernando Tironi

DIRETOR DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS
Renato Moreira

COORDENADOR DE DIFUSÃO TÉCNICA E INFORMAÇÕES
Liscio Fábio de Brasil Camargo

COORDENADOR DE MEIO AMBIENTE
Dagoberto Koehntopp

COORDENADOR DE POLÍTICA AGRICOLA
José Garcia Gasques

COORDENADOR DE POLÍTICA INDUSTRIAL E TECNOLÓGICA
Flávio Tavares de Lyra

COORDENADOR DE POLÍTICA MACROECONÔMICA
Eduardo Felipe Ohana

COORDENADOR DE POLÍTICA SOCIAL
Luiz Carlos Eichenberg Silva

COORDENADOR REGIONAL DO RIO DE JANEIRO
Ricardo Varsano

TEXTO PARA DISCUSSÃO tem o objetivo de divulgar resultados de estudos desenvolvidos no IPEA, informando profissionais especializados e recolhendo sugestões.

Tiragem: 300 exemplares

DIVISÃO DE EDITORAÇÃO E DIVULGAÇÃO
Brasília:
SGAN Q. 908 - MÓDULO E - Cx. Postal 040013
CEP 70.312
COORDENAÇÃO REGIONAL DO RIO DE JANEIRO
Av. Presidente Antonio Carlos, 51 - 17º andar
CEP 20.020

SUMÁRIO

1. Introdução

2. Mães e Crianças

3. Escolares de 1º Grau

4. Conclusões

INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA
DIV. DE BIBLIOTECA E DOCUMENTAÇÃO
IPEA/CDTI

1 - Introdução

Após 15 anos foi realizado um novo levantamento estatístico, a Pesquisa Nacional de Saúde e Nutrição - PNSN, que retrata o perfil nutricional do brasileiro. A última pesquisa no gênero, o Estudo Nacional de Despesa Familiar - ENDEF, foi realizada em 1974/75 e incluía informações sobre hábitos alimentares e orçamentos familiares. Dificuldades operacionais e orçamentárias impediram a repetição do ENDEF, mas, em contrapartida, uma parte importante do novo estudo foi dedicada à geração de dados destinados a avaliar os resultados dos programas federais de alimentação. Há muito que os analistas desses programas dispõem apenas de informações divulgadas pelas entidades que os administram. A PNSN coloca agora, à disposição dos estudiosos e dos responsáveis pela política alimentar do País, informações colhidas diretamente dos usuários dos programas governamentais, que são indispensáveis à análise da efetividade dos programas e da adequação de seu desempenho.

Na visita a 15 mil domicílios, foram pesadas, medidas e entrevistadas 62 mil pessoas de todas as idades. O estudo antropométrico constituiu o eixo central da pesquisa. Porém, para a compreensão do estado de saúde e nutrição dos entrevistados foram levantadas ainda informações sobre questões de aleitamento materno, saneamento, características de domicílio, renda, ocupação e outras variáveis, que permitirão interpretar os vários quadros nutricionais encontrados em função dos seus determinantes sócio-econômicos.

Segundo a PNSN, o problema da fome e da desnutrição ainda é grave no País: cerca de 5 milhões de crianças até 5 anos (31%) sofrem de desnutrição. A precocidade e a rapidez com que a desnutrição se instala também é preocupante, pois, aos 6 meses de idade, 22% dos bebês já apresentam algum déficit de peso e 6% deles um déficit moderado ou grave, deixando-os extremamente vulneráveis.

O Brasil, quanto à situação nutricional, pode ser dividido em dois blocos: o primeiro compreende o Norte e o Nordeste, com cerca de 40% de suas crianças exibindo algum grau de desnutrição; o segundo inclui as regiões Sul, Sudeste e Centro-Oeste, com incidência em torno de 20%. Fica clara também a forte correlação da ocorrência da desnutrição com a renda familiar, especialmente nas famílias com renda inferior a dois salários mínimos. A seguir são apresentados alguns resultados relativos à atuação governamental na área de suplementação alimentar. Importa ressaltar que as interpretações apresentadas são de caráter provisório - já que baseadas nas tabulações preliminares - sendo destacados apenas os aspectos de maior relevância encontrados numa primeira revisão do material disponível.

2. Mães e Crianças

Os programas federais de suplementação alimentar dirigidos ao grupamento materno-infantil abrangem as famílias com renda de até 2 salários mínimos mensais. Segundo dados da PNSN, mais de 50% das crianças brasileiras pertencem a famílias com renda situada dentro desse limite, constituindo, portanto, a população-alvo desses programas. Em números absolutos, o objetivo governamental de universalização do atendimento a esses grupos mais vulneráveis significaria atender cerca de 850 mil gestantes (e um número equivalente de nutrizes), 7 milhões de crianças de 0 a 3 anos e 5 milhões de pré-escolares de 4 a 6 anos.

2.1. Principais Programas de Suplementação Alimentar

Os programas federais voltados à solução do enorme desafio de reduzir a carência alimentar das mães e das crianças brasileiras são os seguintes:

a) Programa de Suplementação Alimentar - PSA, do Instituto Nacional de Alimentação e Nutrição - INAN, direcionado a gestantes, nutrizes e crianças de até 24 meses, cujo atendimento é realizado basicamente através de Postos de Saúde Pública e, eventualmente, pelas Associações Comunitárias, Igrejas ou Paróquias, Prefeituras e outras entidades. O PSA promove a distribuição de uma cesta de

alimentos básicos juntamente com a prestação de um atendimento primário de saúde. Segundo dados oficiais, em 1989 estavam inscritas no Programa cerca de 2,7 milhões de gestantes e nutrizes e 3,4 milhões de crianças de 6 a 24 meses.

b) Programas de Complementação Alimentar - PCA e de Distribuição de Leite, desenvolvidos pela Legião Brasileira de Assistência - LBA. O Programa de Leite é destinado exclusivamente a crianças que apresentam sinais de desnutrição. A distribuição do leite em pó e de um conjunto de alimentos especialmente formulados é realizada através das Unidades de Apoio Comunitário - UAC's da própria LBA, com o apoio eventual de Associações Comunitárias, Igrejas e Paróquias. Além da distribuição gratuita de alimentos, a LBA faz o acompanhamento do crescimento e desenvolvimento das crianças, promove atividades de orientação à saúde e encaminha aquelas crianças com problemas de subnutrição para os postos de saúde. Em 1989 estavam inscritas na LBA, de acordo com dados oficiais, 265 mil gestantes, 325 mil nutrizes e 1,3 milhão de crianças de 6 a 36 meses.

c) Programa Nacional de Leite para Crianças Carentes - PNLCC, desenvolvido pela Secretaria Especial de Habitação e Ação Comunitária - SEHAC. É orientado exclusivamente para as famílias com crianças menores de 7 anos. Esse programa fornece tíquetes para a aquisição mensal de 30 litros de leite tipo "C" no comércio local (padarias e mercearias em geral). Em 1989 estavam inscritas 3,2 milhões de famílias beneficiando cerca de 7,6 milhões de crianças, segundo dados oficiais.

d) Programas de Distribuição de Alimentos a Crianças em Idade Pré-Escolar - de 4 a 6 anos - patrocionados pela LBA e pela Fundação de Assistência ao Estudante - FAE ("Projeto Irmãozinho"). O apoio da LBA é efetivado através de creches da própria instituição ou de outros estabelecimentos de caráter filantrópico. Quanto ao "Projeto Irmãozinho", a distribuição é reservada aos irmãos dos escolares matriculados na rede pública, realizando-se também fora das escolas, em Associações Comunitárias, Igrejas e Paróquias e outras entidades. O Programa da LBA financia apenas parcialmente o fornecimento de refeições em creches filantrópicas. Em 1989 receberam apoio da LBA cerca de 2 milhões de crianças, sendo que apenas 12 mil utilizavam creches próprias da LBA. Já o "Projeto Irmãozinho" atendeu cerca de 5 milhões de crianças em 1989, segundo dados da FAE.

A multiplicidade de programas voltados para crianças menores de 7 anos acarreta superposição no atendimento. Os números oficiais totalizam cerca de 13 milhões de menores de 7 anos [1] inscritos nos diversos programas federais mencionados, excluindo o atendimento através de creches.

Segundo a PNSN, esse número é de apenas 4,4 milhões (3,2 milhões de crianças na faixa de 0 a 3 anos e 1,2 milhão de 4 a 6 anos). A superposição apenas não explica essa diferença, que certamente reflete uma sobrestimação dos números referentes à população efetivamente atendida pelos programas federais. Além disso, os resultados oficiais parecem ser incompatíveis com a capacidade financeira das agências governamentais envolvidas nos programas referidos.

2.2. Cobertura e Concentração do Atendimento

A primeira constatação importante que a PNSN permite fazer é, portanto, de que a cobertura real dos programas é muito menor do que a anunciada oficialmente. Assim, a distância que nos separa dos objetivos de universalização do atendimento é ainda maior do que se imagina.

Como agravante, ressalte-se, ainda, que os programas dirigidos à criança, ao contrário

1 Considerando apenas uma criança inscrita por família no PNLCC, ou seja, 3,2 milhões de crianças e não o número de menores "beneficiados" e estimados pela SEHAC em 7,6 milhões.

daqueles destinados apenas a gestantes, não estão concentrados nas populações de mais baixa renda. Além de apresentarem uma cobertura muito pequena - apenas 24% do total das crianças de até 47 meses são atendidas, ou cerca de 30% se considerarmos apenas a população-alvo - não vem sendo atribuída prioridade às regiões menos desenvolvidas do País[2].

Segundo dados da PNSN, a cobertura desses programas infantis nas regiões Norte e Nordeste não difere significativamente daquela verificada na Região Sudeste (Tabela I e II).

Individualmente, o maior programa, quanto ao número de crianças atendidas, é o PNLCC. O tamanho desse programa está indiretamente refletido nos dados da pesquisa, que fornece informações sobre o local onde são retirados os alimentos. Cerca de 49% das crianças de até 47 meses (e 76% daquelas acima de 4 anos) retiram os alimentos em padarias e mercearias; isto significa, necessariamente, que adquiriram leite com o uso de cupons. A retirada de alimentos em postos de saúde, característica do PSA, é feita por 24% das crianças menores de 47 meses. Pode-se dizer, portanto, que o PSA é o segundo programa mais importante, em relação ao número de crianças atendidas. O tamanho de cada programa não pode, entretanto, ser utilizado como único critério de julgamento de sua efetividade. É preciso analisar outras informações relativas à distribuição e à qualidade do atendimento (Tabela III).

O atendimento do PNLCC se concentra nas regiões Sudeste e Sul, onde 69% e 64%, respectivamente, das crianças inscritas retiram os alimentos em padarias e mercearias. Para o Nordeste este percentual se reduz a 25%. Concentra-se ainda nas áreas urbanas, onde 58% das inscritas estão no PNLCC contra 9% nas áreas rurais (Tabela III).

Ao compararmos o atendimento do PNLCC com o índice de consumo de leite por parte das crianças brasileiras, observamos uma relação inversa entre atendimento e necessidade. Por exemplo: para as crianças de 3 anos de idade, o menor consumo de leite no País é o verificado na região Nordeste, onde 40% das crianças que habitam a área rural e 15% das que vivem nas cidades jamais tomam leite. O maior consumo é o verificado nas áreas urbanas da região Sul, as mais beneficiadas pelo PNLCC, onde 95% das crianças tomam leite basicamente todos os dias (Tabela IV).

No que se refere aos programas destinados às gestantes, os dados da PNSN ressaltam a baixíssima cobertura desse atendimento. Do total de 1,8 milhão de gestantes que existiam em 1989 apenas 10%, ou seja, cerca de 180 mil, estavam inscritas em programas de suplementação. Apesar da baixa cobertura, observa-se que 75% desse atendimento está dirigido à população-alvo, embora somente 15% das gestantes mais pobres estivessem inscritas. O atendimento a gestantes está distribuído de forma homogênea entre áreas urbanas e rurais, mas a concentração é maior nas regiões Norte e Nordeste. Nessas regiões observa-se uma cobertura de 22% e 18% das gestantes, contra 4% no Sudeste e 3% no Sul (Tabela V e VI).

2.3. Mecanismos de Distribuição e Características do Atendimento

A pesquisa revela, ainda, outro resultado importante para a avaliação comparativa dos programas: a distribuição de alimentos por intermédio da rede de saúde parece ser mais adequada para atingir os estratos mais pobres da clientela do que a distribuição através de outros canais.

Já vimos que os programas para gestantes, executados através da rede de saúde, são mais concentrados nas faixas de menor renda que os programas infantis. Observa-se agora (Tabela VII) que a utilização de cupons para distribuição de alimentos à população infantil é o principal fator para explicar essa diferença. Cerca de 25% das crianças mais pobres inscritas nos

2 Os dados da pesquisa identificam os beneficiários por decil de renda domiciliar per-capita. A população-alvo dos programas alimentares abrange a população situada nos primeiros quatro decis, isto é, aquela cuja renda familiar é de até 2 salários mínimos mensais. Ao longo do texto, a referência apenas aos "grupos mais pobres" significará aquele segmento que pertence ao primeiro decil de renda.

programas de alimentação retiram os alimentos em mercearias e 37% o fazem em postos de saúde. O oposto se verifica no caso das crianças de maior poder aquisitivo dentre a clientela: 62% retiram alimentos nas padarias e 17% nos centros de saúde. O recebimento nas mercearias se concentra nas crianças cujas famílias têm renda média situada no intervalo compreendido entre 2 e 5 salários mínimos. Já os postos de saúde atendem majoritariamente a crianças cuja renda familiar é de até 2 salários mínimos.

É claro que a distribuição de alimentos nos postos de saúde garante maior vinculação com a prestação de serviços básicos de saúde, ampliando os benefícios da suplementação alimentar. Assim é que, enquanto os dados globais da PNSN indicam que pouco menos de 30% das gestantes mais pobres do País - aquelas cuja renda familiar é inferior a meio salário mínimo mensal - recebem atendimento e orientação pré-natal , esse percentual sobe cerca de 48% quando consideramos apenas as gestantes de igual renda inscritas nos programas governamentais. Do total de gestantes inscritas, 53% recebem atendimento de saúde vinculado à distribuição de alimentos (quase a totalidade de inscrições nos postos de saúde). Os dados deixam claro que a opção aberta pelo Programa de Leite é responsável pelos índices relativos aos programas infantis, onde apenas 32% das crianças inscritas recebem atendimento de saúde junto com os alimentos.

Adicionalmente, a Tabela VIII indica que os programas desenvolvidos através da estrutura de saúde permitem direcionar melhor o seu atendimento à faixa etária de sua respectiva clientela, evitando vazamentos. Uma grande parcela da população infantil de até 14 anos, que diz ter acesso aos programas de distribuição gratuito de alimentos, consegue fazê-lo através de padarias.

2.4. Distribuição Efetiva de Alimentos

No que se refere ao recebimento efetivo de alimentos provenientes de programas governamentais, os dados da PNSN para os programas de gestantes e crianças de 0 a 3 anos restringem-se apenas às quatro semanas anteriores à realização da pesquisa. Não permitem, portanto, avaliar a frequência e continuidade do atendimento. Pode-se concluir, entretanto, que os programas infantis tiveram melhor desempenho, ou seja, 71% das crianças de 0 a 3 anos inscritas receberam alimentos no período de pesquisa, contra 62% das gestantes. Nos dois casos, a distribuição foi pior na região Nordeste. Nas regiões Sul e Sudeste, respectivamente 77% e 78% das crianças inscritas em programas infantis receberam os alimentos, contra 61% no Nordeste. Quanto às gestantes, receberam alimentos 95% das inscritas no Sudeste, contra 54% no Nordeste e 52% no Sul[3] (Tabela IX).

Os programas analisados divergem, no entanto, quanto à relação entre o coeficiente de atendimento efetivo e o nível de renda. O recebimento aumenta de acordo com o nível de renda, nos programas infantis; foram atendidas 55% das crianças mais pobres (renda média familiar inferior a meio salário mínimo) e 89% das menos necessitadas (renda familiar média de aproximadamente 10 salários mínimos). No caso das gestantes, ocorreu o contrário: dentre as inscritas, 67% das que são mais pobres receberam alimentos, reduzindo-se essa percentagem para 33% no caso das que detêm maior poder aquisitivo (Tabelas X e XI).

2.5. O Atendimento em Unidades Pré-escolares

Estima-se que a população total na faixa etária de 4 a 6 anos seja da ordem de 10 milhões de crianças. Segundo dados da PNSN, cerca de 30% deste grupo (3,2 milhões) frequenta alguma unidade de atendimento pré-escolar (creche, maternal ou pré-escola). A frequência às unidades de atendimento pré-escolar não está concentrada nas famílias mais pobres. Ao contrário, apenas 14% das crianças de 4 a 6 anos que pertencem a essas famílias frequentam creches e pré-escolas, contra 75%

3 Este último dado é pouco significativo, porque apenas 3% das gestantes da Região Sul estão inscritas.

daquelas que pertencem às famílias de maior poder aquisitivo.

Não obstante a baixa frequência pré-escolar das crianças mais pobres, estas são as mais beneficiadas pela distribuição gratuita de alimentos, realizada por creches e outras instituições similares. Das crianças que pertencem a famílias com renda de até 2 salários-mínimos e frequentam creches, maternal e pré-escola, 69% recebem alimentação gratuita; essa percentagem se reduz para 16% no caso das crianças que pertencem ao estrato de renda mais elevada (Tabela XII).

3. Escolares de 1º Grau

Dentre os programas públicos de suplementação alimentar destaca-se, em dimensão e cobertura, o Programa de Merenda Escolar, ainda que não esteja dirigido para o grupo etário de maior prioridade quanto à vulnerabilidade biológica. Executado pela Fundação de Assistência ao Estudante - FAE, consiste no fornecimento de uma refeição às crianças matriculadas nas escolas públicas de 1o. Grau. Segundo as metas governamentais, o programa deveria garantir o atendimento a todos os alunos durante os 180 dias letivos, estendendo-se ao período de férias.

A cobertura desse programa em 1989, segundo a estimativa da própria FAE, era de 24 milhões de alunos. Os dados da PNSN, no entanto, não confirmam as cifras oficiais. Dos 24 milhões de crianças matriculadas em escolas públicas do 1o. grau, 19 milhões (78%) estariam frequentando escolas que oferecem merenda, segundo essa pesquisa. Como esse número abrange frequência às escolas cuja merenda é fornecida por governos estaduais, os resultados da pesquisa apontam para uma significativa sobrestimação do índice de cobertura do programa de merenda executado pelo governo federal (Tabela XIII). A contribuição dos estados - principalmente São Paulo e Rio de Janeiro - está refletida nos números referentes à distribuição regional do atendimento. A região que apresenta maior cobertura é o Sudeste - 91% dos alunos matriculados - e a menor é o Nordeste - apenas 57%. Em todas as regiões a cobertura nas áreas urbanas é maior que nas rurais - cerca de 83% dos alunos das escolas públicas urbanas são atendidos, contra 69% das escolas rurais.

O atendimento é maior não só nas regiões mais desenvolvidas, como também atinge mais os alunos de maior renda. No grupamento dos mais pobres, 63% dos escolares pertencem a escolas que oferecem merenda, enquanto essa percentagem alcança 83% no segmento de renda mais elevada (Tabela XIV).

A frequência na distribuição da merenda é maior nas regiões Sudeste e Sul. Nessas regiões a merenda é distribuída 4 ou mais dias por semana em mais de 80% dos casos, enquanto apenas 57% das escolas que oferecem merenda no Nordeste o fazem com essa frequência. Mais ainda: 26% das escolas públicas nordestinas não oferecem merenda todas as semanas (Tabela XIV).

Os melhores indicadores de cobertura e frequência na distribuição de alimentos são verificados na região Sudeste, onde os maiores programas são desenvolvidos basicamente pelos governos estaduais (Rio de Janeiro e São Paulo). O fato, portanto, desses programas terem maior grau de descentralização, pode sugerir a necessidade de revisão dos programas centralizados.

Embora os dados relativos à distribuição de merenda indiquem maior cobertura e frequência para as regiões e alunos de maior renda, esses números não correspondem ao efetivo consumo de alimento oferecido. De um modo geral, o consumo de alimentos é baixo: apenas 41% dos alunos dizem comer todos os dias as refeições oferecidas. Nas áreas rurais esse percentual atinge 62% e nas urbanas 36%. No Nordeste chega a 51%, mas no Sudeste fica em 36%. Mesmo nas faixas de renda mais baixa, os índices de consumo são reduzidos. Apenas 57% dos alunos mais pobres revelam consumir todos os dias os alimentos oferecidos. Na outra ponta, apenas 18% daqueles de melhor nível de renda o fazem (Tabelas XV e XVI).

Finalmente, cabe acrescentar que a distribuição de merenda escolar nas férias é pequena. Apenas 7% dos alunos (1,4 milhão de crianças) recebem alimentação durante todos os dias das

férias, estando esse atendimento concentrado nos escolares que pertencem às faixas de renda mais elevadas (Tabela XVII).

4. Conclusões

Ainda que preliminares, os resultados até agora conhecidos através da pesquisa não permitem uma avaliação otimista do desempenho dos programas federais de distribuição de alimentos. Estes apresentam uma baixa cobertura, não atribuem prioridade à distribuição de alimentos aos mais necessitados e não satisfazem às necessidades de consumo de sua clientela. Os dados relativos à cobertura dos programas indicam que há uma sobrestimação nas cifras oficiais referentes ao número de pessoas atendidas em cada programa. A pesquisa apurou que o número de beneficiários é significativamente inferior ao fornecido pelas instituições que detêm a responsabilidade por sua execução. Os números indicam, ainda, que a meta de universalização do atendimento está distante de ser atingida.

Além de beneficiar uma reduzida parcela da população-alvo, os programas abrangidos pela pesquisa não estão voltados prioritariamente para os grupamentos dos mais necessitados. Tanto os dados referentes aos coeficientes de atendimento por regiões, como os relativos à distribuição desse atendimento por faixa de renda, são pouco favoráveis quanto aos princípios de equidade. Em geral, esses coeficientes são mais elevados nas regiões mais desenvolvidas e para o grupamento de beneficiários que pertencem a famílias de maior poder aquisitivo.

A relação entre coeficientes de atendimento e níveis de renda é influenciada pelos meios de distribuição. Os programas cujos alimentos são distribuídos por intermédio da rede de saúde apresentam resultados mais favoráveis do ponto de vista do atendimento dos grupos biologicamente mais vulneráveis, em comparação com aqueles programas que se utilizam de outros canais de distribuição. Em particular, a comparação do PSA com o PNLCC é desfavorável a este último quanto à concentração do atendimento por regiões e por nível de renda familiar e sua vinculação com o atendimento básico de saúde.

Um resultado de explicação ainda desconhecido refere-se ao baixo nível de consumo efetivo dos alimentos distribuídos pelo programa de merenda escolar. Não é fácil explicar por que, no cômputo geral, pouco mais de 40% dos alunos revelam consumir todos os dias a refeição oferecida. O fato de que os índices de consumo efetivo decrescem com o aumento de renda familiar sugere que parcela da explicação pode residir na recusa voluntária de alimentação por parte dos alunos que não a consideram necessária. Mesmo entre os alunos mais pobres, o consumo ainda é baixo, ficando em torno de 57%.

Neste caso, como os índices de consumo efetivo poderiam ser incorporados aos critérios a serem aplicados à distribuição dos alimentos pelas escolas? Em que medida a inadequação do cardápio pode explicar essa rejeição? Que outras explicações podem ser derivadas desses dados?

Em resumo, os resultados principais da pesquisa apontam para distorções importantes no funcionamento dos programas de alimentação mantidos pelo governo federal. A divulgação completa de seus resultados servirá para aprofundar a análise dessas distorções e indicar as providências necessárias para corrigí-las.

TABELA I

CRIANÇAS 0 - 3 ANOS, SEGUNDO DECIS DE RENDA DOMICILIAR PER CAPITA INSCRITAS EM ALGUM PROGRAMA DE DISTRIBUIÇÃO DE ALIMENTOS PARA CRIANÇAS

	INSCRITA PROGRAMA ALIMENTOS PARA CRIANÇA				TOTAL	
	SIM		NÃO			
	N	PCT	N	PCT	N	PCT
DECIL DE RENDA DOMICILIAR PER CAPITA						
1 (00- 10%)	605675	28.1	1550654	71.9	2156329	100.0
2 (10- 20%)	566886	30.9	1269580	69.1	1836466	100.0
3 (20- 40%)	543383	32.4	1135401	67.6	1678784	100.0
4 (30- 50%)	412810	31.0	919009	69.0	1331819	100.0
5 (40- 60%)	415889	32.4	869522	67.6	1285411	100.0
6 (50- 70%)	238564	22.7	813067	77.3	1051631	100.0
7 (60- 90%)	250952	22.7	852174	77.3	1103126	100.0
8 (70- 80%)	89280	9.6	837633	90.4	926913	100.0
9 (80- 90%)	40948	4.8	805048	95.2	845996	100.0
10 (90-100%)	8560	1.0	843659	99.0	852219	100.0
TOTAL	3172947	24.3	9895747	75.7	13068694	100.0

FONTE: PNSN, 1989

INSTITUTO DE PESQUISA E ECONOMIA APLICADA
DIV. DE BIBLIOTECA E DOCUMENTAÇÃO
IPEA/CDT1

TABELA II

CRIANÇAS 0 - 3 ANOS, SEGUNDO REGIÃO E SITUAÇÃO, INSCRITAS EM ALGUM PROGRAMA DE DISTRIBUIÇÃO GRATUITA DE ALIMENTOS PARA CRIANÇAS

		INSCRITA PROGRAMA ALIMENTOS PARA CRIANÇA				TOTAL	
		SIM		NÃO			
REGIÃO	SITUAÇÃO	N	PCT	N	PCT	N	PCT
NORTE	URBANA	138211	27.7	360255	72.3	498466	100.0
	TOTAL	138211	27.7	360255	72.3	498466	100.0
NORDESTE	SITUAÇÃO						
	URBANA	749580	32.9	1528227	67.1	2277807	100.0
	RURAL	542971	23.8	1734074	76.2	2277045	100.0
	TOTAL	1292551	28.4	3262301	71.6	4554852	100.0
SUDESTE	SITUAÇÃO						
	URBANA	1156110	26.6	3195353	73.4	4351463	100.0
	RURAL	134884	15.6	728483	84.4	863367	100.0
	TOTAL	1290994	24.8	3923836	75.2	5214830	100.0
SUL	SITUAÇÃO						
	URBANA	223569	18.3	999303	81.7	1222872	100.0
	RURAL	56942	8.3	632544	91.7	689486	100.0
	TOTAL	280511	14.7	1631847	85.3	1912358	100.0
CENTRO-OESTE	SITUAÇÃO						
	URBANA	169090	22.9	569188	77.1	738278	100.0
	RURAL	27142	10.7	226284	89.3	253426	100.0
	TOTAL	196232	19.8	795472	80.2	991704	100.0
TOTAL	SITUAÇÃO						
	URBANA	2436560	26.8	6652326	73.2	9088886	100.0
	RURAL	761939	18.7	3321385	81.3	4083324	100.0
	TOTAL	3198499	24.3	9973711	75.7	13172210	100.0

FONTE: PNSN 1989

TABELA III

CRIANÇA 0 - 3 ANOS, SEGUNDO REGIÃO E LOCAIS ONDE RECEBEM ALIMENTOS DO PROGRAMA DE ALIMENTAÇÃO PARA CRIANÇAS

REGIÃO	SITUAÇÃO	PADARIA MERCEARIA ARMAZEM		CENTRO OU POSTO DE SAUDE		ASSOCIAÇÃO COMUNITARIA		IGREJA OU PAROQUIA		PREFEITURA		OUTRO	
		N	PCT	N	PCT	N	PCT	N	PCT	N	PCT	N	PCT
NORTE	URBANA	20949	20.6	65413	64.2	10754	10.6	1401	1.4	480	0.5	2820	2.8
	TOTAL	20949	20.6	65413	64.2	10754	10.6	1401	1.4	480	0.5	2820	2.8
NORDESTE	URBANA	187289	36.4	154822	30.1	81327	15.8	27943	5.4	6930	1.3	56007	10.9
	RURAL	8107	2.9	159432	57.5	66275	23.9	11550	4.2	5385	1.9	26304	9.5
	TOTAL	195396	24.7	314254	39.7	147602	18.7	39493	5.0	12315	1.6	82311	10.4
SUDESTE	URBANA	669949	73.2	75692	8.3	47582	5.2	29265	3.2	.	.	92222	10.1
	RURAL	18032	21.0	19556	22.8	24846	29.0	5160	6.0	11412	13.3	6781	7.9
	TOTAL	687981	68.8	95248	9.5	72428	7.2	34425	3.4	11412	1.1	99003	9.9
SUL	URBANA	133849	71.9	28345	15.2	16752	9.0	.	.	.	.	7299	3.9
	RURAL	3174	10.7	16454	55.7	921	3.1	3622	12.3	1768	6.0	3611	12.2
	TOTAL	137023	63.5	44799	20.8	17673	8.2	3622	1.7	1768	0.8	10910	5.1
CENTRO-OESTE	URBANA	59582	43.2	28189	20.4	19392	14.1	4190	3.0	14506	10.5	11990	8.7
	RURAL	6754	42.2	2492	15.6	5762	36.0	.	.	.	.	986	6.2
REGIÃO CENTRO-OESTE	TOTAL	66336	43.1	30681	19.9	25154	16.4	4190	2.7	14506	9.4	12976	8.4
TOTAL	URBANA	1071618	57.8	352461	19.0	175807	9.5	62799	3.4	21916	1.2	170338	9.2
	RURAL	36067	8.8	197934	48.5	97804	23.9	20332	5.0	18565	4.5	37682	9.2
	TOTAL	1107685	48.9	550395	24.3	273611	12.1	83131	3.7	40481	1.8	208020	9.2

TABELA IV

COMPARAÇÃO ENTRE A DISTRIBUIÇÃO REGIONAL DO NÃO CONSUMO DE LEITE E O ATENDIMENTO DO PNLCC

	Percentagem de Criancas de 3 anos que não tomam leite		*Percentagem de Crianças Atendidas pelo PNLCC*	
	RURAL	*URBANO*	*RURAL*	*URBANO*
Norte	-	*12,6*	-	*20,6*
Nordeste	*40,5*	*15,0*	*2,9*	*36,4*
Sudeste	*18,5*	*6,9*	*21,0*	*73,2*
Sul	*15,3*	*4,8*	*10,7*	71,9
Centro-Oeste	*16,5*	*11,5*	*42,2*	*43,2*
Brasil (total)	*29,4*	*9,5*	*8,8*	*57,8*

FONTE: PNSN, 1989

TABELA V

MULHERES 10 - 54 ANOS, SEGUNDO REGIÃO E SITUAÇÃO,

INSCRITAS EM ALGUM PROGRAMA DE DISTRIBUIÇÃO GRATUITA DE ALIMENTOS PARA GESTANTES

		ESTA INSCRITA PROG. ALIMENTOS GESTANTES					
		SIM		NÃO		TOTAL	
		N	PCT	N	PCT	N	PCT
REGIÃO	SITUAÇÃO						
NORTE	URBANA	13728	21.9	48950	78.1	62678	100.0
	TOTAL	13728	21.9	48950	78.1	62678	100.0
NORDESTE	SITUAÇÃO						
	URBANA	78703	22.6	271636	77.5	350339	100.0
	RURAL	39354	12.7	269963	87.3	309317	100.0
	TOTAL	118057	17.9	541599	82.1	659656	100.0
SUDESTE	SITUAÇÃO						
	URBANA	18985	3.3	547969	96.7	566954	100.0
	RURAL	9988	7.5	123650	92.5	133638	100.0
	TOTAL	28973	4.1	671619	95.9	700592	100.0
SUL	SITUAÇÃO						
	URBANA	4916	2.7	175690	97.3	180606	100.0
	RURAL	2398	3.3	70624	96.7	73022	100.0
	TOTAL	7314	2.9	246314	97.1	253628	100.0
CENTRO-OESTE	SITUAÇÃO						
	URBANA	5755	5.8	94231	94.2	99986	100.0
	RURAL	1399	4.2	31864	95.8	33263	100.0
	TOTAL	7154	5.4	126095	94.6	133249	100.0
TOTAL	SITUAÇÃO						
	URBANA	122087	9.7	1138476	90.3	1260563	100.0
	RURAL	53139	9.7	496101	90.3	549240	100.0
	TOTAL	175226	9.7	1634577	90.3	1809803	100.0

FONTE: PNSN 1989

TABELA VI

MULHERES 10 - 54 ANOS, SEGUNDO DECIS DE RENDA DOMICILIAR PER CAPITA, INSCRITAS EM ALGUM PROGRAMA DE DISTRIBUIÇÃO GRATUITA DE ALIMENTOS PARA GESTANTES

	INSCRITAS PROG. ALIMENTOS GESTANTES				TOTAL	
	SIM		NÃO			
DECIL DE RENDA DOMICILIAR PER CAPITA	N	PCT	N	PCT	N	PCT
1 (00- 10%)	36197	13.3	236357	86.7	272554	100.0
2 (10- 20%)	27914	14.6	163288	85.4	191202	100.0
3 (20- 40%)	34018	14.2	204818	85.8	238836	100.0
4 (30- 50%)	33078	20.3	130261	79.7	163339	100.0
5 (40- 60%)	9925	5.7	163934	94.3	173859	100.0
6 (50- 70%)	11889	8.4	128948	91.6	140837	100.0
7 (60- 80%)	6180	4.2	142523	95.8	148703	100.0
8 (70- 80%)	8519	5.8	137229	94.2	145748	100.0
9 (80- 90%)	6983	4.8	138017	95.2	145000	100.0
10 (90-100%)	523	0.3	172321	99.7	172844	100.0
TOTAL	175226	9.8	1617696	90.2	1792922	100.0

FONTE: PNSN

TABELA VII

CRIANÇAS 0 - 3 ANOS, SEGUNDO DECIS DE RENDA DOMICILIAR PER CAPITA

E LOCAIS ONDE RECEBEM OS ALIMENTOS DO PROGRAMA DE ALIMENTAÇÃO PARA CRIANÇAS

	PADARIA MERCEARIA ARMAZEM		CENTRO OU POSTO DE SAUDE		ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA		IGREJA OU PAROQUIA		PREFEITURA		OUTRO	
	N	PCT	N	PCT	N	PCT	N	PCT	N	PCT	N	PCT
DECIL DE RENDA DOMICILIAR PER CAPITA												
1 (00- 10%)	81653	24.4	122902	36.8	70428	21.1	18879	5.7	1795	0.5	38408	11.5
2 (10- 20%)	103193	25.1	167639	40.7	56752	13.8	27678	6.7	17071	4.1	39172	9.5
3 (20- 40%)	125973	40.2	89977	28.7	47670	15.2	9591	3.1	6466	2.1	33631	10.7
4 (30- 50%)	169495	54.7	71327	23.0	20390	6.6	3751	1.2	6306	2.0	38723	12.5
5 (40- 60%)	248161	71.4	40790	11.7	17540	5.0	12521	3.6	6149	1.8	22342	6.4
6 (50- 70%)	131626	69.0	24074	12.6	28578	15.0	1713	0.9	1347	0.7	3376	1.8
7 (60- 90%)	157670	76.0	19815	9.5	16081	7.7	.	.	1347	0.6	12669	6.1
8 (70- 80%)	50842	62.3	4919	6.0	9033	11.1	8073	9.9	.	.	8759	10.7
9 (80- 90%)	22441	61.5	6228	17.1	1775	4.9	476	1.3	.	.	5592	15.3
10 (90-100%)	3459	47.5	.	.	2474	34.0	449	6.2	.	.	901	12.4
TOTAL	1094513	48.9	547671	24.4	270721	12.1	83131	3.7	40481	1.8	203573	9.1

FONTE: PNSN, 1989

TABELA VIII

INSCRIÇÃO EM PROGRAMAS ALIMENTARES SEGUNDO LOCAL DE DISTRIBUIÇÃO E FAIXA ETÁRIA

Faixa de Idade	Mercearias e Padarias		Posto de Saúde	
	Nº (milhares)	%	Nº (milhares)	%
Até 2	871	43	450	79
Mais de 2 até 14	1.182	57	145	21
Total	2.053	100	595	100

FONTE: PNSN, 1989

INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA
DIV. DE BIBLIOTECA E DOCUMENTAÇÃO
IPEA/CDTI

TABELA IX

DISTRIBUIÇÃO EFETIVA DE ALIMENTOS

Porcentagem dos Beneficiários Inscritos que Recebem Alimentos

	Programa de Atendimento a Gestantes	*Programas para Crianças de 0 a 3 anos*
Norte	*70,00*	*73,4*
Nordeste	*53,6*	*61,2*
Sudeste	*95,3*	*77,5*
Sul	*52,1*	*76,9*
Centro-Oeste	*50,6*	*78,4*
Brasil (total)	*61,6*	*70,8*

FONTE: PNSN, 1989

TABELA X

CRIANÇAS 0 - 3 ANOS, SEGUNDO DECIS DE RENDA DOMICILIAR PER CAPITA RECEBENDO OS ALIMENTOS DO PROGRAMA DE ALIMENTAÇÃO PARA CRIANÇAS

	RECEBE ALIMENTOS PROGRAMA PARA CRIANÇA					
	SIM		NÃO		TOTAL	
	N	PCT	N	PCT	N	PCT
DECIL DE RENDA DOMICILIAR PER CAPITA						
1 (00- 10%)	334065	55.2	271610	44.8	605675	100.0
2 (10- 20%)	411505	72.6	155381	27.4	566886	100.0
3 (20- 40%)	313308	57.7	230075	42.3	543383	100.0
4 (30- 50%)	309992	75.1	102818	24.9	412810	100.0
5 (40- 60%)	347503	83.6	68386	16.4	415889	100.0
6 (50- 70%)	190714	79.9	47850	20.1	238564	100.0
7 (60- 90%)	207582	82.7	43370	17.3	250952	100.0
8 (70- 80%)	81626	91.4	7654	8.6	89280	100.0
9 (80- 90%)	36512	89.2	4436	10.8	40948	100.0
10 (90-100%)	7283	85.1	1277	14.9	8560	100.0
TOTAL	2240090	70.6	932857	29.4	3172947	100.0

FONTE: PNSN, 1989

TABELA XI

MULHERES 10 - 54 ANOS, SEGUNDO DECIS DE RENDA DOMICILIAR PER CAPITA, RECEBENDO ALIMENTOS DO PROGRAMA PARA GESTANTES

	RECEBEU ALIMENTOS PROGRAMA P/ GESTANTES					
	SIM		NÃO		TOTAL	
	N	PCT	N	PCT	N	PCT
DECIL DE RENDA DOMICILIAR PER CAPITA						
1 (00- 10%)	24307	67.2	11890	32.8	36197	100.0
2 (10- 20%)	16367	58.6	11547	41.4	27914	100.0
3 (20- 30%)	22492	66.1	11526	33.9	34018	100.0
4 (30- 40%)	23008	69.6	10070	30.4	33078	100.0
5 (40- 50%)	480	4.8	9445	95.2	9925	100.0
6 (50- 60%)	10994	92.5	895	7.5	11889	100.0
7 (60- 70%)	463	7.5	5717	92.5	6180	100.0
8 (70- 80%)	7028	82.5	1491	17.5	8519	100.0
9 (80- 90%)	2285	32.7	4698	67.3	6983	100.0
10 (90-100%)	523	100.0	.	.	523	100.0
TOTAL	107947	61.6	67279	38.4	175226	100.0

FONTE: PNSN, 1989

TABELA XII

POPULAÇÃO DE 4 - 6 ANOS, SEGUNDO DECIL DE RENDA DOMICILIAR PER CAPITA, RECEBENDO REFEIÇÃO GRATUITA EM CRECHE, MATERNAL OU PRÉ - ESCOLA

	A CRECHE OFERECE REFEIÇÃO GRATUITA						TOTAL	
	SIM		NÃO		S			
	N	PCT	N	PCT	N	PCT	N	PCT
DECIL DE RENDA DOMICILIAR PER CAPITA								
1 (00- 10%)	148744	69.1	66413	30.9	.	.	215157	100.0
2 (10- 20%)	228784	77.5	66367	22.5	.	.	295151	100.0
3 (20- 40%)	167091	68.2	77863	31.8	.	.	244954	100.0
4 (30- 50%)	197979	67,3	96158	32.7	.	.	294137	100.0
5 (40- 60%)	187148	59.7	126253	40.3	.	.	313401	100.0
6 (50- 70%)	176290	56.2	137293	43.8	.	.	313583	100.0
7 (60- 90%)	177954	54.0	151637	46.0	.	.	329591	100.0
8 (70- 80%)	186959	64.1	104923	35.9	.	.	291882	100.0
9 (80- 90%)	186175	40.6	272596	59.4	.	.	458771	100.0
10 (90-100%)	76911	15.6	408589	83.1	6223	1.3	491723	100.0
TOTAL	1734035	53.4	1508092	46.4	6223	0.2	3248350	100.0

FONTE: PNSN, 1989

TABELA XIII

POPULAÇÃO DE 4 - 20 ANOS, SEGUNDO DECIL DE RENDA DOMICILIAR PER CAPITA, FREQUENTANDO ESCOLAS PÚBLICAS DE PRIMEIRO GRAU QUE OFERECEM MERENDA GRATUITA

A ESCOLA QUE FREQUENTA OFERECE MERENDA GRATUITA

	ESCOLA OFERECE MERENDA GRATUITA				TOTAL	
	SIM		NÃO			
	N	PCT	N	PCT	N	PCT
DECIL DE RENDA DOMICILIAR PER CAPITA						
1 (00- 10%)	1984622	63.2	1156352	36.8	3140974	100.0
2 (10- 20%)	2327103	74.4	802766	25.6	3129869	100.0
3 (20- 40%)	2173479	73.3	792600	26.7	2966079	100.0
4 (30- 50%)	2291387	77.4	669977	22.6	2961364	100.0
5 (40- 60%)	2194689	80.0	547338	20.0	2742027	100.0
6 (50- 70%)	2316354	84.9	411325	15.1	2727679	100.0
7 (60- 90%)	2066302	84.7	371999	15.3	2438301	100.0
8 (70- 80%)	1767951	83.9	338866	16.1	2106817	100.0
9 (80- 90%)	1355418	83.5	266960	16.5	1622378	100.0
10 (90-100%)	650142	83.4	129593	16.6	779735	100.0
TOTAL	19127447	77.7	5487776	22.3	24615223	100.0

FONTE: PNSN, 1989

TABELA XIV

POPULAÇÃO DE 4 - 20 ANOS, SEGUNDO REGIÃO, FREQUENTANDO ESCOLAS PÚBLICAS DE PRIMEIRO GRAU E FREQUÊNCIA COM QUE A ESCOLA OFERECE MERENDA DURANTE AS AULAS

		FREQUENCIA QUE A ESCOLA OFERECE MERENDA									
		4 OU MAIS DIAS POR SEMANA		2 OU 3 DIAS POR SEMANA		1 DIA POR SEMANA		NEM TODA SEMANA		TOTAL	
		N	PCT	N	PCT	N	PCT	N	PCT	N	PCT
REGIÃO	SITUAÇÃO										
NORTE	URBANA	427487	57.8	134749	18.2	6540	0.9	170460	23.1	739236	100.0
	TOTAL	427487	57.8	134749	18.2	6540	0.9	170460	23.1	739236	100.0
NORDESTE	SITUAÇÃO										
	URBANA	1759160	60.0	550116	18.8	48464	1.7	575072	19.6	2932802	100.0
	RURAL	767037	51.1	150839	10.0	17982	1.2	565969	37.7	1501827	100.0
	TOTAL	2526187	57.0	700955	15.8	66446	1.5	1141041	25.7	4434629	100.0
SUDESTE	SITUAÇÃO										
	URBANA	7856449	92.6	511450	6.0	20714	0.2	92499	1.1	8481112	100.0
	RURAL	1103385	81.8	100129	7.4	6780	0.5	139394	10.3	1349688	100.0
	TOTAL	8959834	91.1	611579	6.2	27494	0.3	231893	2.4	9830800	100.0
SUL	SITUAÇÃO										
	URBANA	1869556	95.6	221958	11.4	6967	0.4	51603	2.6	1950084	100.0
	RURAL	763320	76.9	118981	12.0	16423	1.7	93522	9.4	992246	100.0
	TOTAL	2432876	82.7	340939	11.6	23390	0.8	145125	4.9	2942330	100.0
CENTRO-OESTE	SITUAÇÃO										
	URBANA	889415	83.6	100435	9.4	7662	0.7	66424	6.2	1063936	100.0
	RURAL	248359	74.3	31448	9.4	7441	2.2	47204	14.1	334452	100.0
REGIÃO	TOTAL										
CENTRO-OESTE		1137774	81.4	131883	9.4	15103	1.1	113628	8.1	1398388	100.0
TOTAL	SITUAÇÃO										
	URBANA	12602057	83.1	1518708	10.0	90347	0.6	956058	6.3	15167170	100.0
	RURAL	2882101	69.0	401397	9.6	48626	1.2	846089	20.3	4178213	100.0
	TOTAL	15484158	80.0	1920105	9.9	138973	0.7	1802147	9.3	19345383	100.0

FONTE: PNSN 1980

TABELA XV
POPULAÇÃO DE 4 - 20 ANOS, SEGUNDO REGIÃO E SITUAÇÃO
ALUNOS QUE ATUALMENTE FREQUENTAM ESCOLAS PÚBLICAS DE PRIMEIRO GRAU
COSTUMAM COMER A MERENDA QUE A ESCOLA OFERECE

		COSTUMA COMER A MERENDA OFERECIDA						TOTAL	
		SIM TODOS OS DIAS		SIM MAS NEM TODOS OS DIAS		NÃO			
		N	PCT	N	PCT	N	PCT	N	PCT
REGIÃO	SITUAÇÃO								
NORTE	URBANA	314953	42.6	279708	37.8	144577	19.6	739236	100.0
	TOTAL	314953	42.6	279708	37.8	144577	19.6	739236	100.0
NORDESTE	SITUAÇÃO								
	URBANA	1282614	43.7	1065702	36.3	584486	19.9	2932802	100.0
	RURAL	987074	65.7	457246	30.4	57507	3.8	1501827	100.0
	TOTAL	2269688	51.2	1522948	34.3	641993	14.5	4434629	100.0
SUDESTE	SITUAÇÃO								
	URBANA	2636852	31.1	3517064	41.5	2327196	27.4	8481112	100.0
	RURAL	878462	65.1	394692	29.2	76534	5.7	1349688	100.0
	TOTAL	3515314	35.8	3911756	39.8	2403730	24.5	9830800	100.0
SUL	SITUAÇÃO								
	URBANA	705802	36.2	742415	38.1	501867	25.7	1950084	100.0
	RURAL	522702	52.7	369543	37.2	100001	10.1	992246	100.0
	TOTAL	1228504	41.8	1111958	37.8	601868	20.5	2942330	100.0
CENTRO-OESTE	SITUAÇÃO								
	URBANA	462949	43.6	493864	46.4	107123	10.1	1063936	100.0
	RURAL	216131	64.6	102347	30.6	15974	4.8	334452	100.0
REGIÃO CENTRO-OESTE	TOTAL	679080	48.6	596211	42.6	123097	8.8	1398388	100.0
TOTAL	SITUAÇÃO								
	URBANA	5403170	35.6	6098751	40.2	3665249	24.2	15167170	100.0
	RURAL	2604369	62.3	1323828	31.7	250016	6.0	4178213	100.0
	TOTAL	8007539	41.4	7422579	38.4	3915265	20.2	19345383	100.0

FONTE: PNSN, 1989

TABELA XVI

POPULAÇÃO DE 4 - 20 ANOS, SEGUNDO DECIL DE RENDA DOMICILIAR PER CAPITA, FREQUENTANDO ESCOLAS PÚBLICAS DE PRIMEIRO GRAU E COSTUME DE COMER A MERENDA QUE A ESCOLA OFERECE

	COSTUMA COMER A MERENDA OFERECIDA						TOTAL	
	SIM TODOS OS DIAS		SIM MAS NEM TODOS OS DIAS		NÃO			
DECIL DE RENDA DOMICILIAR PER CAPITA	N	PCT	N	PCT	N	PCT	N	PCT
1 (00- 10%)	1120998	56.5	680551	34.3	183073	9.2	1984622	100.0
2 (10- 20%)	1423398	61.2	685071	29.4	218634	9.4	2327103	100.0
3 (20- 40%)	1024293	47.1	833857	38.4	315329	14.5	2173479	100.0
4 (30- 50%)	1044740	45.6	964663	42.1	281984	12.3	2291387	100.0
5 (40- 60%)	993609	45.3	790628	36.0	410452	18.7	2194689	100.0
6 (50- 70%)	865343	37.4	935126	40.4	515885	22.3	2316354	100.0
7 (60- 90%)	544306	26.3	913998	44.2	608000	29.4	2066302	100.0
8 (70- 80%)	513057	29.0	752947	42.6	501947	28.4	1767951	100.0
9 (80- 90%)	293851	21.7	505890	37.3	555877	41.0	1355418	100.0
10 (90-100%)	114672	17.6	288619	44.4	246851	38.0	650142	100.0
TOTAL	7938067	41.5	7351348	38.4	3838032	20.1	19127447	100.0

FONTE: PNSN, 1989

TABELA XVII

POPULAÇÃO DE 4 - 20 ANOS, SEGUNDO DECIL DE RENDA DOMICILIAR PER CAPITA, FREQUENTANDO ESCOLAS PÚBLICAS DE PRIMEIRO GRAU E OFERTA DE MERENDA DURANTE AS FÉRIAS

	ESCOLA OFERECE MERENDA NAS FERIAS							
	TODOS OS DIAS		NEM TODOS OS DIAS		NÃO OFERECE		TOTAL	
	N	PCT	N	PCT	N	PCT	N	PCT
DECIL DE RENDA DOMICILIAR PER CAPITA								
1 (00- 10%)	100194	5.0	71554	3.6	1812874	91.3	1984622	100.0
2 (10- 20%)	65943	2.8	48453	2.1	2212707	95.1	2327103	100.0
3 (20- 40%)	119144	5.5	94660	4.4	1959675	90.2	2173479	100.0
4 (30- 50%)	93435	4.1	56013	2.4	2141939	93.5	2291387	100.0
5 (40- 60%)	206552	9.4	77801	3.5	1910336	87.0	2194689	100.0
6 (50- 70%)	157051	6.8	120433	5.2	2038870	88.0	2316354	100.0
7 (60- 90%)	213099	10.3	99488	4.8	1753715	84.9	2066302	100.0
8 (70- 80%)	198814	11.2	30973	1.8	1538164	87.0	1767951	100.0
9 (80- 90%)	178014	13.1	81923	6.0	1095481	80.8	1355418	100.0
10 (90-100%)	87607	13.5	9602	1.5	552933	85.0	650142	100.0
TOTAL	1419853	7.4	690900	3.6	17016694	89.0	19127447	100.0

FONTE: PNSN, 1989